

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS IMIGRANTES

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 78

Pauta

- Caso NGange Mbaye
- Diálogo sobre os Ciclos de Conferências da Defensoria Pública do Estado e participação social
- Encontro formativo voltado para os conselheiros: Tema: Aspectos importantes sobre o Regimento Interno do CMI
- Acordo Internacional de aposentadoria entre Brasil e outros países

Informes

- Eleições do CMI
- Conferência de igualdade racial
- Informe sobre o acompanhamento após o incêndio da Ocupação da Avenida Ipiranga - República
- Gravação do vídeo “Direitos das pessoas imigrantes em caso de abordagem policial”

Participantes Governo: Antônio Filomeno Garcia Borges (SMDHC); Ana León (SMDHC); Sharta Mandjam (SMDHC), Claudio Aguiar Almeida (SMC); Félix Nestor (SMDet); Fernanda Lanes (SMADS); Bianca Lima (SMDHC);

Participantes Sociedade Civil: Constance Salawe; Merve Mumcu; Shabir Ahmad Niazi

Participantes Observadores: Carla Mustafa (OAB/SP); Amanda Pilon (DPE);

Ouvintes: Eclair Pires (Identidade Humana); Ana Paula Pinhati Oliveira (ARRO); Recef Demir (Pelo Diálogo); Brenda Mara (Sefras), Iara Pereira da Silva; (Legião da Boa Vista); Laura de Jesus (Projeto

Cerzindo/CIC imigrante); Emram Ahmad Niazi (ARRO), Camila Marques (DPE), Vinicius Silva (DPE); Mariana Henriques (DPE).

Às 14h:34min **do dia 15 do mês de Abril do ano de 2025**, no endereço Rua Líbero Badaró 137, 4º andar, com quórum de **6** conselheiros, quantidade abaixo do mínimo previsto no artigo 23 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Imigrantes.

Reuniram-se os Srs. : Antônio Filomeno Garcia Borges (SMDHC); Claudio Aguiar Almeida (SMC); Félix Nestor (SMDET); Fernanda Lanes (SMADS); Bianca Lima (SMDHC); Ana León (SMDHC); Sharta Mandjam (SMDHC); Constance Salawe; Merve Mumcu; Shabir Ahmad Niazi; Carla Mustafa (OAB/SP); Amanda Pilon (DPE); Eclair Pires (Identidade Humana); Ana Paula Pinhati Oliveira (ARRO); Recef Demir (Pelo Diálogo); Brenda Mara (Sefras), Iara Pereira da Silva; (Legião da Boa Vista); Laura de Jesus (Projeto Cerzindo/cic imigrante); Emram Ahmad Niazi (ARRO), Camila Marques (DPE), Vinicius Silva (DPE) e Mariana Henriques (DPE) a fim de discutirem a pauta do dia.

A Sra Constance Salawe presidente da CMI presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela Secretaria Executiva com apoio da estagiária Sharta Mandjam e o Antônio Filomeno, que leu as pautas e informes do dia. **Item nº 1 da pauta:** Caso NGange Mbaye; **Item nº 2 da pauta:** Diálogo sobre os Ciclos de Conferências da Defensoria Pública do Estado e participação social; **Item nº 3 da pauta:** Encontro formativo voltado para os conselheiros: Tema: Aspectos importantes sobre o Regimento Interno do CMI; **Item nº 4 da pauta:** Acordo Internacional de aposentadoria entre Brasil e outros países. **informes 1:** Eleições do CMI; **Informe 2:** Conferência de igualdade racial; **Informe 3:** Informe sobre o acompanhamento após o incêndio da Ocupação da Avenida Ipiranga - República; **Informe 4:** Gravação do vídeo “Direitos das pessoas imigrantes em caso de abordagem policial”.

A presidente Constance deu início à reunião pedindo desculpas pelo atraso e comunicou a inclusão de uma nova pauta, que não estava prevista inicialmente: o caso de Ngange Nbye. Dada a relevância e gravidade do ocorrido, o tema foi acrescentado de forma extraordinária. Informou ainda que, devido à limitação de tempo, possivelmente não será possível abordar o item 4 da pauta, referente aos acordos internacionais.

Sobre o item 1 da pauta, o caso de Ngange Nbye. A presidente explicou que o caso ganhou repercussão no último final de semana, pois o jovem foi morto por agentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, na região do Brás. Constance comunicou que o Conselho já emitiu uma nota pública de

repúdio em relação a esse ato de violência, que reflete um padrão de abusos direcionados a pessoas negras e imigrantes. Além disso, informou que está sendo organizado um evento específico para discutir a violência institucional e os impactos do racismo estrutural e xenofobia.

Durante a reunião, a presidente questionou os representantes da Defensoria Pública presentes quanto à ausência de providências imediatas diante do caso. Ela lamentou profundamente a situação e criticou o uso de munição letal pela polícia, quando alternativas menos letais, como balas de borracha, poderiam ter sido utilizadas. Conforme observou, tudo indica que houve intenção deliberada de letalidade por parte dos agentes.

Por fim, enfatizou a necessidade urgente de ações concretas voltadas à educação e à conscientização da sociedade sobre a violência policial, bem como à responsabilização das instituições envolvidas.

Em seguida, foi sugerida a criação de um grupo de trabalho no âmbito do Conselho para acompanhar casos de violações de direitos, proposta que foi discutida na pauta da reunião do mês de março.

O conselheiro Felix Nestor, representante da Secretaria de Trabalho, destacou que a origem de muitos desses casos está relacionada à precarização das condições laborais enfrentadas por pessoas imigrantes. Ele ressaltou a importância de regularizar o trabalho dessas populações dentro da própria Secretaria, por meio de políticas públicas eficazes que possibilitem sua autonomia e subsistência. Acrescentou ainda que, além da regularização, é fundamental criar iniciativas que incentivem e apoiem esses indivíduos de maneira mais ampla.

Eclair retomou sua fala realizada na reunião anterior na Câmara Municipal, reforçando a gravidade da situação. Relatou que, de acordo com informações que obteve, a própria Polícia Militar teria agido de forma intencional, seguindo ordens superiores. Informou também que os policiais impediram os profissionais do SUS de prestarem os primeiros socorros à vítima. Durante a abordagem, teria sido proferida a frase: “Um preto a menos”. Diante desses relatos, Eclair afirmou que a situação envolve não apenas violência policial, mas também corrupção sistêmica, destacando que aqueles que não se submetem a práticas ilegais, como o pagamento de propina, são os mais vulneráveis à violência, enquanto quem paga é geralmente poupado.

Carla Mustafa, representando a OAB/SP, informou que, assim que teve conhecimento do ocorrido, dirigiu-se imediatamente ao local da manifestação. No entanto, ao chegarem, o ato já havia acontecido. Ela relatou ainda que dois migrantes, que estavam presentes no momento da morte do

jovem, não foram levados a nenhuma delegacia, tampouco foram legalmente apresentados como testemunhas ou interrogados. Segundo Carla, esses indivíduos foram mantidos detidos no banco traseiro de uma viatura, sem qualquer registro formal ou explicação jurídica adequada.

A Carla acrescentou que ela, junto a outros sete colegas da OAB/SP, estiveram presentes na manifestação como observadores. Durante o ato, segundo seu relato, a Polícia Militar interveio de forma violenta, lançando balas de borracha e gás lacrimogêneo contra os manifestantes. Justificaram a ação alegando que foram atacados, e que só reagiram ao ataque. No entanto, o ataque a que se referiam foi o lançamento de uma garrafa de água, fato que, segundo Carla, não partiu dos manifestantes, mas sim de um morador de rua que não tinha qualquer vínculo com o protesto. Carla fez um apelo para que esse caso não seja esquecido, ressaltando a gravidade dos acontecimentos e a importância da mobilização para que haja justiça e responsabilização.

O Dr. Vinicius Defensor Público de São Paulo, presente na reunião, informou que entrou em contato com o coletivo assim que teve conhecimento do caso. No entanto, destacou que está enfrentando dificuldades para tomar medidas iniciais, uma vez que, legalmente, seria necessário o envolvimento da família para formalizar uma denúncia — e, até então, a família da vítima não se encontrava no Brasil.

Na segunda-feira 14, no entanto, foi comunicado que o Sr. Mbaye possui uma companheira grávida brasileira e reside no país, e conta com o acompanhamento de um advogado. A defensoria enfatizou que, apesar dos entraves iniciais, não desistirá do caso, destacando que, embora trate-se de uma situação específica, esta não é uma ocorrência isolada, visto que um episódio semelhante ocorreu no ano anterior.

A Defensoria Pública do Estado afirmou ainda que, atualmente, está autorizada a atuar em casos individuais envolvendo violência letal por parte do Estado. Reforçou a necessidade de se implementar políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida da população migrante e negra, além de promover ações de sensibilização e formação para uma abordagem policial mais humanizada e respeitosa.

Sobre o item nº 2 da pauta “Diálogo sobre os Ciclos de Conferências da Defensoria Pública do Estado e participação social”, a Sra. Camila, Responsável pela Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, iniciou com uma breve contextualização sobre a instituição, explicando sua origem e o contexto de sua atuação no Estado de São Paulo.

Camila explicou que, a cada dois anos, a Defensoria realiza uma Conferência Pública Estadual,

em que recebe contribuições da população de diferentes regiões do estado. Nessas ocasiões, a sociedade civil tem a oportunidade de dialogar diretamente com a Defensoria e indicar áreas prioritárias para sua atuação. Tradicionalmente, são acolhidas nove propostas, mas neste ano o número foi ampliado para dez.

Ela também destacou a ausência de representatividade da população imigrante nos ciclos anteriores das conferências e ressaltou a importância da participação ativa deste público nas próximas edições. Segundo informado, trata-se de um convite aberto à comunidade imigrante para que possa se engajar nesse processo de escuta e deliberação coletiva. As pré-conferências estão previstas para começarem em agosto deste ano, e a Conferência Estadual ocorrerá entre os meses de outubro e novembro. Ao final do processo, as propostas aprovadas nortearão a atuação da Defensoria nos próximos anos.

A Eclair ressaltou a importância do tema das conferências e destacou que, ao antecipar sua fala, considerava essencial reforçar os debates sobre xenofobia e racismo estrutural. Ela sugeriu que esses temas sejam incluídos com ênfase nas discussões da Conferência da Defensoria Pública, dada sua relevância no contexto atual. Eclair também levantou uma questão sobre a formação da Polícia Militar, indagando quem é responsável por fiscalizar esse processo. Ela argumentou que é fundamental conhecer o conteúdo dessas formações e propôs que a Defensoria Pública acompanhe e cobre maior transparência nesse aspecto.

Na sequência, Ana reforçou a necessidade de ampliar a participação da população imigrante nas conferências, e apontou que, futuramente, seria desejável a criação de um departamento específico de imigração dentro da estrutura da Defensoria. Ela também sugeriu que a Defensoria analise as propostas aprovadas na COMIGRAR, a Conferência Nacional de Migrações e Refúgio, a fim de identificar eventuais pontos que possam ser incorporados à agenda da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Informes

Informe 1: Eleição do CMI

A conselheira Ana informou que é fundamental a participação da sociedade civil na Comissão Eleitoral do CMI. Até o momento, apenas quatro representantes foram inscritos, todos oriundos do poder público, o que evidencia a necessidade de maior representatividade da sociedade civil. O prazo para inscrição se encerra hoje, às 18h. Caso não haja novas candidaturas, haverá apenas uma representante da sociedade civil na comissão.

As candidaturas registradas até o momento são:

Poder público:

- **SMADS.** Fernanda Lanes Aguiar Cezar:
- **SME:** Karine Evelyn Alves Carvalho
- **SMDHC:** Ana Elizabeth Leon Gonzalez Leon;
- **CRAI:** Marifer del Carmen Vargas Rangel

Sociedade civil:

- Associação Oeste Camaronesa na América Latina, representante: Dorice Takeu Kouamo

Observadores:

- **OIM, Organização Internacional para as Migrações - OIM,** representante Wilbert Rivas Pena,
- **Núcleo de Migrantes e Refugiados da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP :** Carla Herminia Mustafa Barbosa Ferreira
- **ACNUR - Agência da ONU para Refugiados** - Representante: William Torres Laureano da Rosa

Informe 2: Conferência da Igualdade Racial

A Bianca deu informe sobre a V Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, nos dias 25, 26 e 27 de abril, no CEU Aricanduva. Informou, ainda, que as inscrições online já se encerraram, e, por esse motivo, os ingressos deverão ser retirados exclusivamente de forma presencial, no dia do evento, respeitando-se a capacidade máxima do local.

Além disso, foi anunciado que a VI Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa ocorrerá nos dias 16, 17 e 18 de maio, com o local ainda a ser divulgado. Da mesma maneira, a IV Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ está prevista para os dias 23, 24 e 25 de maio, também com local a ser confirmado.

Bianca reforçou o convite para ampla participação da sociedade civil nessas conferências, destacando a relevância dos temas que serão debatidos para a construção de políticas públicas inclusivas e eficazes.

Informe 3: Acompanhamento do Incêndio na Ocupação da Avenida Ipiranga – República

A Vice Presidente Ana informou que cerca de 120 famílias foram afetadas pelo incêndio ocorrido

na ocupação situada na Avenida Ipiranga, região central de São Paulo. Como resposta emergencial, foi concedido um auxílio emergencial pelo valor de R\$1.000,00 para apoiar a relocação temporária das famílias, em parceria com a Secretaria de Habitação. Além disso, será disponibilizado um formulário para acesso ao auxílio-aluguel.

Parte da população imigrante afetada está sendo encaminhada para centros de acolhimento emergenciais, estruturados especificamente para atender a essa situação.

A presidente Constance informou que está sendo realizada uma campanha de arrecadação de doações para auxiliar as famílias que perderam seus pertences e moradias. Aproveitou para agradecer a todos os profissionais e voluntários envolvidos no atendimento humanizado às vítimas, ressaltando a importância do acolhimento solidário neste momento delicado.

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às 16h:04min e, para constar, eu, Sharta Mandjam, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pela secretaria executiva e a presidência, segue assinada por mim e pelos demais participantes.

Encaminhamentos

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Enviar minuta para Criação do Grupo de Trabalho	Secretaria Executiva e Vice-presidência com apoio de DPS	16/04/2025
02	Formalizar a Comissão Eleitoral	Secretaria Executiva	22/04/2025
03	Enviar Informações sobre a conferência	Bianca Lima	16/04/2025
04	Enviar Roteiro de Vídeo para gravação individual	Secretaria Executiva do CMI	20/05/2025

Aprovação da Ata da Reunião Pelos Conselheiros

Titulares	Suplentes	
<i>Associação de Residentes Bolivianos-</i> Rosa Anna Ferrufino Camacho Chaparro _____ ass	<i>Associação Comunidade Camaroneses de São Paulo-</i> Jean Abondo Oyono _____ ass	
<i>ACILESP - Associação dos Comerciantes Imigrantes Latinos do Estado de São Paulo-</i> Obrifildo Quispe Rimachi _____ ass	<i>Instituto pelo Diálogo Intercultural-</i> Merve Mumc _____ ass	
<i>Associação Oeste Camaronesa na América Latina-</i> Dorice Takeu Kouamo _____ ass	<i>Impacto Saúde-</i> Sônia Flores Mamani _____ ass	
<i>Cáritas Arquidiocesana de São Paulo/</i> Paola Gersztein _____ ass	<i>Organização de Resgate de Refugiados Afegãos - ARRO/</i> Shabir Ahmad Niazi _____ ass	

Titulares		Suplentes	
Identidade Humana/ Abdulbaset Jarour _____ ass		CTA 13 São Mateus/ Maria Gorete da Silva/Ascom _____ ass	
Constance Salawe _____ ass		Patrício Luvembuka Cardoso _____ ass	
Judy Abejuela Chikeluba _____ ass		Diana Soliz Soria de Garcia _____ ass	
Mónica Rodríguez Ulo _____ ass		Tifani Ndangi basakinina _____ ass	

Poder Público: Titular		Poder Público: Suplente	
Ana Leon (SMDHC/CPMigTD) _____ ass		Marifer Vargas (CRAI) _____ ass	

Poder Público: Titular		Poder Público: Suplente	
Claudio Aguiar Almeida (SMC) _____ ass		Ane Caroline Sollar Pereira (SMC) _____ ass	
Leonardo Matutino Souza (SMS) _____ ass		Neila Maria Ferreira (SMS) _____ ass	
<i>Fernanda L.A Cezar (SMADS)</i> _____ ass		Aline Fernanda Souza de Oliveira (SMADS) _____ ass	
Felix Nestor (SMDDET) _____ ass		Caio Silveira (SMDDET) _____ ass	
Debora Silva César (SME) _____ ass		Karinee Evelyn Alves Carvalho. (SME) _____ ass	
André Luiz Martins dos Santos (SEHAB)		Marina Meneguim Clemente (SEHAB)	

Poder Público: Titular		Poder Público: Suplente	
ass		ass	